



Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Agricultura urbana: influência dos costumes e das
práticas agrícolas de migrantes nas áreas urbanas de
Montes Claros – MG.

Urban agriculture: the influence of customs and
agricultural practices of migrants in urban areas of
Montes Claros – MG.

Giliarde Souza Brito¹

Helder dos Anjos Augusto

Aureo Eduardo Magalhães Ribeiro²

Resumo

Tem-se como principal objetivo identificar práticas de agricultura na área urbana de Montes Claros, analisar os fluxos de produtos agrícolas, biodiversidade e conhecimento agrícola que circulam em redes que ligam municípios de origem ao destino. Apresenta resultados de pesquisa de cunho qualitativo. Mostra como resultado um constante diálogo com os locais de origens, aliado ao cultivo de alimentos nos espaços da cidade.

Palavras-chave: *Agroecologia, Agricultura urbana, Rural.*

¹ É Técnico em Agropecuária pela UFMG/NCA com experiência em Extensão Rural em áreas de agricultura familiar. Tem mestrado em Ciências Agrárias com ênfase em Agroecologia pela UFMG/ICA.

² Graduado em Economia pela UFMG (1979), mestre (1986) e doutor (1997) em História pela Unicamp. Professor titular do Instituto de Ciências Agrárias da UFMG.

Abstract

It has as main objective to identify agricultural practices in the urban area of Montes Claros, analyze the flow of agricultural products, agricultural biodiversity and knowledge circulating in networks linking municipalities of origin to destination. It presents the results of qualitative research. It shows results in a constant dialogue with the local sources, coupled with growing food in the spaces of the city.

Keywords: *Agroecology, Urban Agriculture, Rural.*

Introdução

Na década de 1960, Montes Claros era considerada uma cidade rural, uma vez que a maioria de sua população habitava o campo. Na década de 1970, mesmo com a emancipação de muitos distritos em municípios na região Norte de Minas Gerais, o urbano de Montes Claros passou a responder por 85.154 habitantes e, o rural, por 31.332 habitantes (IBGE, 2009). Os anos 1960, então, podem ser considerados divisores de águas, pois houve uma inversão nos números referentes à situação de domicílio, com o aumento da população urbana, que passou a ser maioria na década de 1970, graças a uma série de fatores discutidos por Brito (2011, p. 78).

Grande parte da população que se urbanizou teve origem em áreas rurais do próprio município, mas, seguramente, dado o ritmo do crescimento demográfico observado, em sua maioria, ela se originou de pequenos municípios localizados no Norte de Minas Gerais. Esses migrantes que se deslocaram para a cidade de Montes Claros buscaram melhores condições de vida: saúde, emprego, educação, moradia, transporte.

Sabe-se que quando uma população migra do seu local de origem, leva conhecimentos, experiências, vivências, culturas, subjetividades,

religiosidades e laços de parentesco. Portanto, quando uma população rural se desloca para a cidade, além de todas as suas experiências, leva o conhecimento de agricultura, com as suas técnicas materiais próprias: as plantas preferidas para cultivos, a criação de animais, os modos e práticas ligados à produção.

Diante disso, este artigo objetiva estudar o tema e analisar como ocorreu a transferência de pessoas, mas, principalmente, de costumes e técnicas de produção agrícola que foram conduzidos por migrantes do meio rural para a cidade de Montes Claros. A investigação metodológica pautou-se pela análise qualitativa dos dados obtidos por meio de questionários.

Homem e a natureza: agricultura e a reprodução social

O rural norte-mineiro, antes de 1970, era uma região fundamentalmente rural, caracterizada pela interação direta entre natureza e ser humano. Essa interação permitia aos agricultores familiares a possibilidade de cultivo de múltiplos alimentos (feijão, arroz, mandioca, milho, fava, abóbora) e a caça nas matas (SAINT-HILAIRE, 1974). A reprodução familiar nessa interação era possível em virtude da existência de terras livres em quantidade suficiente para o roçado e quintais para cultivos e criação de animais utilizados para a alimentação. Seus hábitos alimentares eram constituídos por alimentos que conferiam força e vitalidade para exercer o trabalho na roça.

Spix e Martius³ (1981), dois naturalistas que passaram pela região, em seus relatos, descreveram a relação que a população estabele-

³ Spix e Martius (Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius) estiveram no Brasil no século XIX. Vieram em comitiva nos anos 1817 com a então noiva (Leopoldina) de Dom Pedro I. Foram responsáveis por grandes descobertas da fauna e flora no PAÍS.

cia com a natureza. Ser humano e natureza coexistiam em um mesmo espaço físico. Era uma relação de trocas. A carne para a alimentação era conseguida em ambientes diferentes: capões de catinga, pastos com árvores isoladas e locais de várzea pantanosa. Cada local tinha uma caça específica. Por exemplo, caititu, veado e anta eram encontrados nos capões de catinga. O aproveitamento da natureza acontecia também com a flora. O buriti se usava para cobertura das casas, gradeados e ripas, bebida, petisco com a polpa do fruto, além da extração do mel silvestre como atividade econômica. A grande incidência de pastagem e, principalmente, a existência de água para os animais contribuíram para o surgimento de diversos currais e fazendas nas margens dos rios.

As fazendas ou currais de gado foram responsáveis pela economia do Norte de Minas Gerais. Dayrell (2000), analisando a região de Riacho dos Machados, argumenta que a prática de criação de gado acontecia de forma extensiva. O gado não ficava preso (confinado, recebendo ração no cocho), era criado tanto em terrenos “férteis e amorrados” na “caatinga, na vertente norte, noroeste e nordeste da serra do Espinhaço quanto nas áreas de gerais localizadas nos planaltos e topo do Espinhaço” (DAYRELL, 2000, p. 216). Na região que compreende Januária, segundo Santos *et al.* (2010), o gado era solto no período das chuvas, época em que a natureza oferece capim e diversos brotos em fartura para o gado. No período das secas, os gerais (campos comuns) não dispunham de grandes quantidades de alimentos, assim, prendia-se o gado, exceto os “solteiros” (novilha, os machos, exceto o reprodutor) e o alimentavam com o bagaço da cana, que era moída para o preparo da cachaça e da rapadura. O gado na solta não dava despesas, a não ser com o sal. Era solto nos gerais, com o gado de outros agricultores.

As terras comuns eram extensas áreas de gerais usadas para a solta do gado em períodos com oferta de alimentos. Essas terras, o agricul-

tor familiar, além de usá-las para soltar o gado, as utilizava, também, para retirada de madeira, cultivo de frutas, de plantas medicinais e caça em épocas de seca. Segundo Ribeiro (2010), as áreas comuns eram terras das comunidades de agricultores, usadas no coletivo, sem divisão para a exploração dos múltiplos recursos que eram oferecidos pela natureza às famílias.

Santos *et al.* (2010) admitem que o trato do gado nas áreas comuns era coisa de “mês em mês, de dois meses”. Para facilitar para o dono do gado, usava-se um “polaco” pendurado em uma das vacas, o qual tinha a função de conduzir o restante do rebanho quando pouco acostumado com os gerais. Por meio do som do instrumento, o dono sabia a localização dos seus animais.

Na década de 1960, a área do Norte de Minas Gerais passou a ser cercada pelos fazendeiros. O governo ofereceu a outra parte às empresas que tinham a pretensão de plantar eucaliptos e criar gado. Na década de 1970, os estímulos do governo à modernização do campo convergiam em créditos subsidiados para a mecanização e o melhoramento dos rebanhos. Com a possibilidade de usar as suas terras para uma exploração mais eficaz, aconteceu no campo a retirada, por parte dos fazendeiros, dos agregados e posseiros que estavam dentro de “suas” terras.

Aqueles agricultores sitiantes que tinham a posse também tiveram a sua reprodução abalada, uma vez que a criação de gado era feita nas terras que haviam sido demarcadas e cercadas pelo fazendeiro. O sitiante estava agora somente com a terra que utilizava para cultivar alimentos, mais o quintal de sua casa. Houve uma brusca redução da área de produção de alimentos, uma vez que essa área, antes destinada à produção de alimentos, passou a ser dividida para a criação de gado e plantio de capim pelos fazendeiros. Essa quebra das relações entre fazendeiros

e posseiros/agregados é, segundo Costa (1996), um “rompimento da solidariedade vertical” que existia entre essas categorias.

Terra e a prática agrícola: a modernização e os fluxos migratórios

Os motivos dominantes que influenciam o ato migratório são principalmente de natureza econômica. Essa afirmação, por muito tempo, foi defendida por estudiosos do assunto e é defendida por governos que investem em políticas públicas de permanência da população.

Assim, os sujeitos têm motivações alicerçadas em uma condição de escassez econômica em seu local de origem ou aparecimento de condições econômicas mais atraentes em outros espaços geográficos. A natureza econômica como motivadora do ato migratório foi, inicialmente, um argumento abordado por Ravenstein, em 1885 (SOARES, 2002). No começo do século XXI, as motivações para o ato migratório são entendidas por muitos autores como sendo de diversas naturezas (MATOS, 1997; RIBEIRO *et al.*, 2004). Assim, fatores de expulsão ou de atração são usados para abarcar as circunstâncias que influenciam o ato migratório (MATOS; BRAGA, 2004; SILVA; MENEZES, 2007).

Segundo Santos (1997), em um determinado espaço geográfico, sempre há alguém que não é natural daquele local, ou seja, quem está fora do seu município de nascimento é considerado um migrante. A movimentação da população sobre o espaço seria a definição mais simples de migração (SANTOS, 1997). Baseando-se em Santos (1997), Augusto (2007, p. 24) analisa o migrante como sendo “o indivíduo que mudou de local de residência, estabelecendo-se em outra unidade geográfica”.

Como salientam Martine e Camargo (1984), o deslocamento das pessoas dentro ou fora de uma mesma região significa um reordenamen-

to de oportunidades econômicas e sociais. Esse reordenamento é constante, sempre há outras áreas mais dinâmicas. Isso dá consistência ao conceito de Lee (1980), que concebe migração como uma mudança permanente ou semipermanente de residência.

Essas áreas com grau de desenvolvimento (econômico e social) mais acentuado são caracterizadas por Ravenstein (1980) como centros de absorção. Menezes e Alfredo (1986) se referem a esses centros como áreas de atração, o que remete ao local de origem como algo negativo para o desenvolvimento da população, ou seja, com a mesma conotação do autor anterior.

Lee (1980) vai mais além que Ravenstein (1980). Enquanto para este último, o deslocamento dos migrantes estava condicionado a fatores de dispersão ou de absorção dos locais de destinos, o primeiro levanta alguns fatores que, possivelmente, podem interferir no processo migratório de indivíduos ou até mesmo de grupos de forma mais planejada. Primeiro, “fatores associados ao local de origem”, que podem ser, desde um clima insalubre, até questões relacionadas a brigas entre vizinhos; segundo, “fatores associados ao local de destino”; escolas de melhor qualidade, condições de trabalho e emprego mais satisfatórias e também infraestrutura presente; “fatores ligados a obstáculos intervenientes”, grandes distâncias entre local de gênese e de destino, obstáculos naturais ou construídos pelo homem e, por último, mas não menos importantes, os “fatores pessoais”. Os migrantes, como agentes sociais desse processo, fogiam da concentração de capital instalada para o rural.

A partir da década de 1930, com o processo de industrialização no Brasil, o campo se modernizou (indústria química, biológica e mecânica), em função da necessidade de aumentar a produtividade. Já a cidade se estruturou, também, devido ao processo de industrialização.

Diferentemente da cidade, que precisava de força de trabalho, o rural liberava trabalhadores para outros setores, em especial para a indústria urbana. Até a década de 1970, esse deslocamento populacional era considerado benéfico para o desenvolvimento industrial do país. O trabalhador rural que agora era urbano seria útil à nação.

Durham (1973, p. 112) analisa as motivações que levam o trabalhador rural a sair do seu local de origem rumo à cidade. Segundo estudos da autora, as pessoas migram “para melhorar de vida” e “porque a roça era muito difícil”. Outros autores indicam que, também, a roça ou o roçado não dava mais condições para a reprodução social das famílias, em virtude dos processos de cercamento de terras e, consecutivamente, privação por parte dos fazendeiros, da condição de reprodução social das famílias (DAYRELL, 2000; SANTOS *et al.*, 2010).

Woortmann (1990) sustenta que o ato de migrar para outro espaço geográfico tem distinções entre modalidades. Assim, são categorizadas três modalidades de migração: a migração pré-matrimonial do filho; aquela do chefe de família, de tipo circular; e a emigração definitiva. São movimentos considerados “viagem” ou “saída”.

Agricultura urbana/periurbana e princípios agroecológicos

O reordenamento de populações em espaços geográficos diferentes rural/urbano traz, associado a esse fenômeno, o transporte de práticas e modos de lidar com a agricultura desenvolvida no espaço rural. Na cidade, essas populações, por meio das atividades agrícolas em quintais e lotes no entorno da cidade (agricultura periurbana), estabelecem reprodução desses modos e práticas. Sentimentos de pertencimento são estabelecidos com essas práticas agrícolas, que podem ser configuradas como uma insistência dessas famílias em manter o modo de vida no rural.

Nos espaços urbanos, muitos migrantes, por meio de sentimento de pertencimento em relação ao local de origem, tentam reproduzir o rural, seja nas redes sociais ou na prática da agricultura urbana. Em estudo realizado com agricultores da cidade de Rio de Janeiro, os quais usam áreas cedidas para o cultivo, Machado (2008) concluiu que 68% dos agricultores pesquisados são naturais de estados do Norte, e Ribeiro e Magalhães (2010) associam a agricultura urbana do município de Contagem, em Minas Gerais, à Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, ao promover alimentação saudável à população em situação de insegurança alimentar.

Aquino e Assis (2007) sustentam que o processo de urbanização que não passou pelo planejamento tem se apresentado como um dos principais problemas da humanidade, na atualidade. Essa crescente urbanização da população acarreta a necessidade de aumento do fornecimento de alimentos para essas áreas, além de gerar problemas ambientais (esgoto, queima de combustível fóssil e desmate para a construção de habitações) e a necessidade de geração de emprego.

No Brasil, as agriculturas urbana e periurbana (AUP) se inseriram na estratégia do governo Lula, chamada “Fome Zero”, que, segundo o então secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Crispim Moreira, seria a articulação de programas e políticas de acesso das “famílias aos alimentos; a produção da agricultura familiar e camponesa para o abastecimento alimentar interno; a geração de trabalho (independente e solidário); e a participação e controle social das políticas”⁴.

Segundo Mougeot (2001), o termo “agricultura urbana” ou “agricultura intra e periurbana” é citado nos meios acadêmicos e em raras

⁴ Entrevista de Crispim Moreira, secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, na *Revista de Agricultura Urbana* nº 22. Disponível em: http://www.ipes.org/images/agriculturaUrbana/documents/revPor22/03_au22entrevista_crispim_02.pdf.

ocasiões pelos meios de comunicação e, na atualidade, o termo vem sendo usado por instituições internacionais, como a FAO e entidades do terceiro setor que prestam serviços sociais a populações pobres urbanas. Mougeot (2001) admite que o uso do termo é essencial para que se possa trabalhar melhor na definição do conceito. É útil que haja entendimento, por parte dos que lidam com a AU e, já para os que não lidam, é relevante que a AU tenha funcionalidade e responda aos anseios dos que com ela lidam. Esse autor conclui que “somente com maior coerência interna e funcionalidade externa ele poderá tornar-se uma ferramenta útil e específica que poderemos compreender e utilizar” (MOUGEOT, 2001, p. 2).

Arruda (2006) relata que a produção, os participantes e a terra usada para a prática da agricultura urbana não são os mesmos nos diversos locais que praticam essa agricultura. Há uma diversidade de experiências que envolvem os 200 milhões de pessoas (produtores) que estão supostamente nessa atividade. Cabannes e Dubbeling (2001) destacam que, na América Latina, as políticas desenvolvidas para a agricultura urbana garantem a promoção de sustentabilidade nos municípios. Isso se deve, em grande parte, ao fato de a agricultura urbana ser responsável pela segurança alimentar urbana de parte significativa da população, uma vez que reduz a pobreza ao fornecer trabalho às populações pobres e contribui para melhorar o meio ambiente das cidades.

1. Metodologia de estudo

Utilizou-se, como técnica para a coleta de dados, o questionário que consiste num conjunto de questões pré-elaboradas, sistemática e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa. Os questionários somaram um total de 35, aplicados na cidade de

Montes Claros a um universo de 100 experiências de cultivos na cidade. A amostra foi selecionada utilizando-se dois bancos de dados: os do Programa Bolsa Família e os do Programa Minha Casa Minha Vida. Os critérios para seleção foram: ser migrante da região Norte de Minas Gerais; cultivar alimentos ou criar animais na cidade; e ter interesse em participar da pesquisa.

Para identificar a origem dos fluxos migratórios e mapear as suas localizações nos espaços dos bairros de Montes Claros, foi necessário recorrer, inicialmente, aos bancos de dados disponíveis; eles indicaram a composição da população de Montes Claros por município de origem. Esperava-se que os bancos de dados, da população cadastrada, indicassem as principais concentrações de migrantes, por município, num determinado bairro ou região urbana.

Análise dos bancos de dados

O banco de dados da Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Montes Claros guarda informações do Programa Bolsa Família, referentes a 41.173 (cadastro realizado em 2010) indivíduos cadastrados, discriminando idade, sexo, identificação do local de origem e endereço em que estão residindo na área urbana. Segundo a estimativa populacional para o ano de 2009, a população total de Montes Claros era de 363.227 [habitantes](#)⁵. Assim, os cadastrados no Programa Bolsa Família representam 11,33% da população total do município; estão incluídos, nessa porcentagem, os residentes no meio rural e urbano de Montes Claros. Quando o cálculo é feito levando-se em consideração apenas os residentes na área urbana, a porcentagem cai para 10,59% da população total do município.

⁵ Disponível em: www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao.

O segundo banco de dados, do Programa Minha Casa, Minha Vida, traz informações sobre 15.057 indivíduos que correspondem a 4,14% da população total do município de Montes Claros. Dos cadastrados, foram retirados os nascidos em outros estados e também os nascidos em áreas não rural do Norte de Minas Gerais. Assim, sobraram 10.129 indivíduos cadastrados.

Em termos percentuais, correspondem a 2,78% da população total estimada para o ano de 2009. Aplica-se aqui a mesma observação feita acima sobre o universo coberto pela dimensão familiar.

No Bolsa Família (BF), os dez municípios que contribuíram com maior quantidade de migrantes para Montes Claros foram: Francisco Sá, Coração de Jesus, São João da Ponte, Brasília de Minas, Capitão Enéas, Mirabela, Janaúba, São Francisco, Bocaiúva e Grão Mogol. Já no banco de dados do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) encontram-se: Coração de Jesus, Francisco Sá, São João da Ponte, Capitão Enéas, Brasília de Minas, Janaúba, Bocaiúva, Mirabela, Grão Mogol e Porteirinha. Nos dois bancos de dados, observam-se nove municípios que se repetem de forma destacada na contribuição com migrantes que se estabeleceram na área urbana de Montes Claros. No banco de dados do BF, o município de São Francisco aparece com 1.045 migrantes, mas aparece com participação bem menor no banco de dados do MCMV. Já no banco do MCMV, o município de Porteirinha, aparece com 338 migrantes e não aparece com o mesmo destaque no banco de dados do BF.

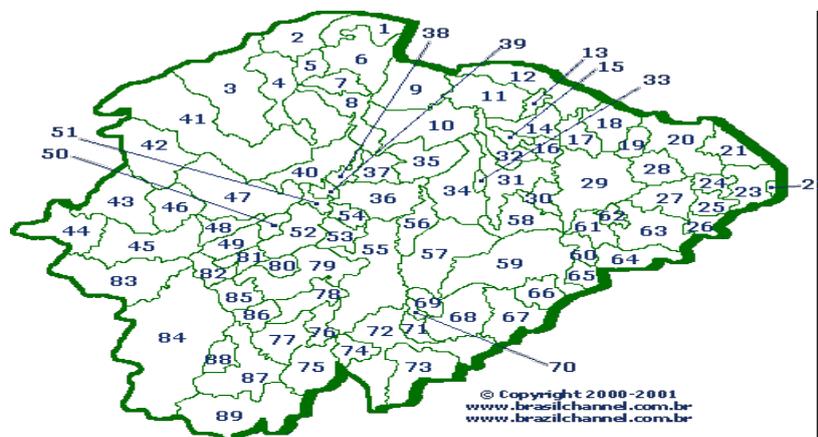
Dois municípios se destacam em ambos os bancos: Coração de Jesus contribui com 3.068 migrantes no banco de dados do BF e, no do MCMV, com 1.225. O município de Francisco Sá contribui com 3.266, maior número de migrantes no banco do BF, enquanto no cadastro do MCMV contabiliza 1.156 migrantes.

Para contribuir com as análises da dinâmica demográfica dos municípios, foram agregados por “agroambiente”. Definiu-se aqui como agroambientes municípios que apresentam proximidade e atributos semelhantes relacionados ao ambiente, à disponibilidade de recursos naturais, à produção e à cultura agrícola. Na cidade, esses aglomerados de povos de um mesmo agroambiente têm similaridade e complementariedade nas ações agrícolas. Isso garante autenticidade na alimentação, nos costumes e difusão de práticas agrícolas na cidade para povos de várias regiões.

Esclareça-se que esse é um conceito usado apenas para fins didáticos e elaborado aos objetivos de agregação necessários nesta pesquisa. Os agroambientes aqui apresentados compreendem os 35 municípios localizados no Norte de Minas Gerais que mais apareceram nos bancos de dados, agregados de acordo com os critérios acima.

Foram construídos, para as finalidades deste estudo, os seguintes agroambientes, contendo os respectivos municípios localizados na mesorregião do Norte de Minas Gerais (Figura 1): agroambiente da Serra Geral 1 – SG1 (Botumirim: 67, Grão Mogol: 59 e Itacambira: 68); Serra Geral 2 – SG2 (Porteirinha: 31, Riacho dos Machados: 58, Salinas: 63, Monte Azul: 14 e Mato Verde: 16); Jequitaiá-JEQ (Bocaiúva: 72, Campo Azul: 81, Ubaí: 49 e Jequitai: 77); Mata do Rio Verde – MRV (Capitão Enéas: 56, Janaúba: 34 e Jaíba: 10); Coração de Jesus – CJ (Claro dos Poções: 76 e Coração de Jesus: 79); Rio Pardo – PAR (Espinosa: 12, Rio Pardo de Minas: 29 e Taiobeiras: 27); Alto Rio Verde – ARV (Francisco Sá: 57, Glaucilândia: 70, Guaraciama: 71 e Juramento: 69); São Francisco – SF (Januária: 41, Manga: 6, São Francisco: 47, Montalvânia: 2 e Itacarambi: 8); Gerais de São Felipe – GER (Patis: 54, São João da Ponte: 36, Varzelândia: 37, Brasília de Minas: 52, Mirabela: 53 e Lontara: 39).

Figura 1. Mapa da mesorregião Norte de Minas Gerais, 1999, com localização dos agroambientes pesquisados na mesorregião



Fonte: www.brazilchannel.com.br.

Essa aglomeração por agroambientes teve como objetivo cobrir todos os municípios do Norte de Minas Gerais que aparecem nesses bancos de dados.

2. Resultados e discussão

Os resultados foram surpreendentes, compreensíveis e esperados, levando-se em consideração as especificidades históricas e econômicas do Norte de Minas Gerais. Assim, apresenta-se, a seguir, o resultado referente ao trabalho de campo realizado na cidade de Montes Claros, por equipe constituída por professores, técnicos e estudantes de graduação do Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais, Campus Montes Claros. Foram entrevistados 35 agricultores urbanos, de um universo de 100 agricultores selecionados, via critérios de exclusão e inclusão, nos dois bancos de dados (Tabela 1).

Tabela 1– Migrantes discriminados por microrregião de origem

Microrregiões	Programa Bolsa Família		Minha Casa Minha Vida	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Alto Rio Verde – ARV	4701	17,44	1776	17,53
Coração de Jesus – CJ	3679	13,65	1545	15,25
Gerais de São Felipe – GER	6425	23,84	1942	19,20
Jequitaiá – JEQ	1545	5,70	715	7,05
Mata do Rio Verde – MRV	3168	11,75	1123	11,08
Rio Pardo – PAR	841	3,12	385	3,80
São Francisco – SF	2610	9,70	929	9,17
Serra Geral 1 – SG1	1450	5,40	697	6,88
Serra Geral 2 – SG2	2529	9,40	1017	10,04
Total	26.948	100,00	10.129	100,00

Fonte: Adaptado dos bancos de dados dos Programas Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida, 2010-2011.

Há uma incidência maior de migrantes com idade igual ou acima de 60 anos. Nessa faixa etária, encontram-se 8 pessoas sem nenhum estudo. A faixa de idade igual ou superior a 60 anos tem, no total, 17 agricultores, quase 50% do total. Assim, os agricultores sem estudos representam 34,30% do total, pouco mais de um terço. Aqueles que estudaram até 4 anos são 37,10% e da 5^a à 8^a série são 20%. Portanto, tem-se, 90% dos migrantes com escolaridade até a 8^a série e que prevalecem as faixas de idade “60+” e “50 a 59”, com 28 agricultores.

Observa-se o acesso à terra no lugar de saída dos migrantes pesquisados. Assim, tem-se um percentual de 48% de migrantes que dispunham de terra própria, enquanto 46% deles, no lugar de origem, trabalhavam em lavouras de terras que eram de outras pessoas, como meeiros. O plantio era feito em terras de fazendeiros e a totalidade da produção era partida ao meio. Há também 3% de migrantes que tinham o acesso à terra cedida, e, por fim, para 3%, o acesso tanto era em terra própria quanto em terra na meia; tinham a sua propriedade para morar e cultivar e usavam outra terra para fazer lavouras maiores.

Os migrantes saíram dos seus locais de origem por diversos motivos, entre eles: procura de trabalho, em seguida, por ordem de frequência: por conta de casamento, saúde e dissolução de família, em virtude da perda dos pais. Alguns se mudaram para a cidade à procura de estudos para os filhos ou porque os filhos já estavam com residência fixada em Montes Claros. Dentre as motivações, destaca-se a procura de trabalho como a mais expressiva, como sendo a razão do deslocamento de 42,80% dos migrantes. Em segundo lugar, destacam-se “casamento”, “procura por assistência médica” e “estava(m) sozinho(os) numa propriedade pequena”, com 11,40% dos migrantes cada. Em terceiro, vêm a “procura de estudo para os filhos” e a “perda dos pais ainda criança (morte)”, com o percentual de 8,60% dos migrantes. Tem-se, como destaque, a década de 1970 como o período de maior saída de migrantes do rural em busca de trabalho, coincidindo com o período de maior expansão urbana de Montes Claros.

Para verificar o tempo de dedicação à agricultura urbana, determinaram-se faixas que vão de 0 a 5 anos; de 6 a 9 anos; de 10 a 14 anos; de 15 a 19 anos e mais de 20 anos. Destacaram-se o primeiro e o último grupo, com o elevado percentual de 28,60% cada. Na faixa que vai de 10 a 14 anos, tem-se 22,80%. Portanto, a maioria dos migrantes dedica-se

há mais de 10 anos ao cultivo neste novo espaço. Nas entrevistas, alguns migrantes relataram que não se dedicavam há mais tempo devido ao fato de residirem em outro bairro ou domicílio e, nesses, o quintal era cimentado, o que dificultava o plantio.

As áreas que os entrevistados utilizam para fazer lavouras são espaços do fundo, das laterais e da frente da residência ou cantos dos muros. Mais de 60% do total de migrantes cultivam a sua produção em áreas que vão até 100 m², conseguindo cultivar uma vasta diversidade de plantas para alimentação, ornamentação, saúde e criação de animais. Esses espaços (quintais), cuja utilização tem servido para a produção de alimentos, são preparados pelos agricultores (migrantes) para receber o plantio de várias espécies de plantas. Essa agricultura urbana em Montes Claros se caracteriza por ter semelhanças com os quintais rurais, além de ser espaço para lembranças e contos de casos rurais.

Percebe-se que 22,90% dos migrantes plantam em espaços que compreendem de 51 a 100 m²; 22,90% em espaços que vão de 101 a 1.000 m². Os que cultivam em grandes áreas são 8,60%. Destacam-se ainda 2,90% que cultivam apenas em vasilhas. Esse cultivo também é realizado por outros pesquisados para ornamentação e conservação de mudas de plantas medicinais. Espaços físicos para a manutenção da prática agrícola em áreas urbanas é essencial para a manutenção de uma pauta alimentar rural. Para isso, os agricultores migrantes usam ambientes ociosos nos quintais, para cultivar uma grande diversidade de plantas com destinação tanto para a alimentação quanto para a prática da medicina natural.

Dentre os motivos elencados para fazer agricultura, pode-se destacar, em primeiro lugar, o costume como principal motivação para a prática, com 28,60%. Esses migrantes tiveram a infância e a juventude no rural, conviviam nesse espaço. Em segundo lugar, destaca-se o lazer,

com 25,71% de frequência. O fazer agricultura em recito não rural está ligado, em alguns casos, à ociosidade, devido ao fato de o migrante estar na condição de aposentado. Em terceiro lugar, com 22,85% de frequência, se encontra o sustento, ou seja, a complementação da alimentação é feita com a agricultura urbana. Produtos como temperos, condimentos, frutas, verduras e legumes possuem forte contribuição para baratear o custo da alimentação.

Em relação à utilização de recursos naturais disponíveis para a prática da agricultura urbana, pode-se destacar que o esterco de gado, cinza, moinha de carvão e esterco de cavalo são os mais importantes. Alguns são fáceis de encontrar, outros nem tanto. Por exemplo: o esterco de gado, para alguns agricultores, tem que ser comprado. Outros migrantes conseguem-no em propriedades rurais próximas a Montes Claros. A utilização de adubos orgânicos dá à produção agrícola urbana um caráter agroecológico e conservacionista. A utilização de esterco de gado é feita por 91,40% deles, enquanto o esterco de cavalo, mais raro, é utilizado por apenas 5,70% deles. A cinza na agricultura urbana, segundo os entrevistados, tem grande utilidade, sendo usada por 42,85% do total. Já a moinha de carvão é utilizada por 25,70% deles, também com grande auxílio na produção agrícola. O conhecimento popular em relação à fertilidade da terra dá aos agricultores de Montes Claros a oportunidade de preservar costumes agroecológicos.

Da totalidade de migrantes, percebe-se que a produção de produtos pertencentes ao grupo das plantas medicinais, com 97,14% dos migrantes, é a mais importante. Em seguida, vem a produção de hortaliças, feita por 91,42% deles, demonstrando o número elevado dos que as produzem. Assim, também é importante a produção de legumes, feita por 85,71% deles; e de frutas, por 94,28%. Verificam-se como principais grupos, portanto, produtos dos grupos de plantas medicinais, frutas e

hortaliças; primeiro, segundo e terceiro lugar, respectivamente. A produção de legumes é feita por 85,71% e a produção de ornamentais, por 82,85% da totalidade. Portanto, os grupos postos, até a quarta posição descrita acima, são cultivados em consórcio nos quintais dos migrantes na área urbana de Montes Claros. Observa-se, entre os migrantes, o percentual de 17,14% que cultivam árvores originárias de áreas de mata.

A pesquisa revelou que os agricultores tentam, nos espaços de Montes Claros, reproduzir, mesmo que minimamente, as características de origem nos espaços rurais. Essas características são, desde a alimentação trazida dos espaços rurais, até o cultivo de diversidades de plantas para a alimentação. O cultivo dessas plantas contribui para a segurança alimentar de diversas famílias, vivendo em espaços urbanos, sejam elas agricultoras urbanas ou não, uma vez que quem planta, realiza doações para os vizinhos e parentes na cidade.

A diversidade de cultivos, presente nos quintais, reflete a relevância alimentar, social e econômica que tem a agricultura em espaços urbanos. Os cultivos vão desde o trato com plantas ornamentais utilizadas para embelezar o ambiente até o cultivo de milho, de feijão, de fava e de andu. Essa diversidade dá a esses espaços urbanos características existentes nas áreas de origem dessa população.

Entre os agricultores, existem amanhos que medem 2,5 m² até áreas com 10.500 m²; na primeira, com duas famílias, os cultivos totalizam 13 e 9 variedades. Na experiência agrícola com maior área, o número de variedades é de 26. Em termos de médias, os espaços respondem com 30 variedades cada, quantidade bem significativa, compreendendo-se que esses cultivos são em espaços reduzidos. Nesses quintais, a produção de alimentos garante soberania em relação ao plantio de espécies de plantas cultivadas nos espaços rurais. Essa soberania tem garantido

a segurança alimentar e nutricional de muitas famílias que usam os quintais para produzir alimentos. O montante dos alimentos retirados dos quintais tem destinos múltiplos, ou seja, a troca, a doação, a venda e o consumo na própria residência familiar. A diversidade de cultivos é praticada nos quintais, assim como nos quintais rurais. Essa diversidade dá sustentação e manutenção a uma pauta alimentar bem variada de proteínas, de sais e de vitaminas.

A agricultura urbana é a garantia de segurança alimentar para muitas famílias, seja produzindo apenas para o consumo ou para doações, venda e trocas. Na produção de alimentos nos bairros de Montes Claros, o destino de “consumo e doação” é dominante, ou seja, os agricultores produzem uma diversidade de produtos, como: hortaliças, legumes, medicinal, frutas e criação de animais para o consumo da sua família e também realizam doações para vizinhos e parentes que moram nas proximidades da residência. Assim, 74,30% destinam a sua produção para o consumo doméstico e doação; outros 5,70%, apenas consumo; 14,30%, para consumo, doação e trocas; 2,85%, consumo, venda e doação; e 2,85% direcionam a sua produção para o consumo, a venda, a doação e as trocas.

Os agricultores mantêm alguns hábitos do rural: a doação de alimentos produzidos na roça é feita para vizinhos e parentes próximos. A produção de alimentos é fundamental para reviver laços solidários entres estes. No novo endereço, os agricultores criam estratégias agrícolas: doam os seus produtos com o objetivo de preservar as redes sociais entre parentes ou conterrâneos. São estratégias rurais conservadas no urbano. Há, portanto, dois circuitos dessa rede: um, urbano, entre indivíduos de um mesmo município, e outro, rural, entre indivíduos da cidade com parentes e conhecidos que não migraram.

3. Considerações finais

Os migrantes (Tabela 1) estabelecem estreita relação com as práticas agrícolas em Montes Claros. São técnicas e modos de plantios trazidos, aprendidos ainda crianças, que dão materialidade a essas técnicas antigas desenvolvidas nos espaços rurais, agora presentes na cidade. Observou-se que o quintal das casas é o principal local de cultivo na cidade. No rural, este espaço produzia alimentos, plantas medicinais e era área para longas conversas. Há uma estreita relação com esse espaço (quintal). É um pedaço do rural transplantado para a área urbana, o qual tem a grande responsabilidade de garantir aos migrantes a “ruralidade” na cidade.

Essa população possui, nos quintais, a possibilidade de complementar a alimentação das famílias, pelo fato de utilizarem esses lugares para produzir alimentos. Observou-se também que esses alimentos da agricultura urbana têm outros destinos, como doação e venda para vizinhos e parentes.

A agricultura urbana produz alimentos saudáveis, uma vez que a utilização de produtos químicos é reduzida nos cultivos. Destaca-se nos cultivos a utilização de preparos naturais já utilizados por antigos. No entanto, seria difícil definir como orgânica essa produção, pois alguns desses produtores usam adubos químicos e venenos agrícolas. Apesar disso, pode-se estabelecer que grande parte utiliza práticas agroecológicas e conservacionistas, muito mais vinculadas à origem da agricultura tradicional que propriamente a um aprendizado urbano dessas práticas.

A produção de alimentos pelas famílias de agricultores é um aspecto extremamente rico: garante a soberania alimentar das famílias, mantém vínculos culturais sólidos entre regiões e grupos sociais, compõe um acervo dinâmico de técnicas e aprendizagem agroecológicas e, princi-

palmente, pode dar pistas ricas aos programas de desenvolvimento urbano.

Referências

AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. 10, n. 1, p. 137-50, 2007.

ARRUDA, Juliana. **Agricultura urbana e periurbana em Campinas/SP: análise do programa de hortas comunitárias como subsídio para políticas públicas**. 2006. 147 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006

BRITO, Giliarde de Souza. **Migrações rurais e fluxos de conhecimento em agroecologia: o caso de Montes Claros**. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) – Instituto de Ciências Agrárias da UFMG, Montes Claros, 2011.

CABANNES, Yves; DUBBELING, Marielle. A agricultura urbana como estratégia para o desenvolvimento municipal sustentável. **Revista Agricultura Urbana**, Quito, n. 1, p. 21-22, 2001.

COSTA, João Batista de Almeida. Trabalho entre camponeses de Monte Alto: comunidade rural do município de Montes Claros (MG). **Caderno de Ciências Sociais**, Montes Claros, v. 2, p. 26-42, 1996.

DAYRELL, Carlos. Os geraizeiros descem a serra ou a agricultura de quem não aparece nos relatórios dos agrobusiness. In: LUZ, C. e DAYRELL, C. (Orgs.). **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros: Max Gráfica e Editora, 2000. p. 189-272.

DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1973. 249 p.

IBGE. Estimativa populacional para o ano de 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao> Acesso em: 17 maio 2010.

LEE, Everett S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. A. de (Coord.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. T.I, p. 89-114.

MARTINE, George; CAMARGO, Liscio. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 1, n. 1, p. 99-144, 1984.

MATOS, Ralfo. Crescimento populacional e migração interna nos principais municípios de Minas Gerais. In: **ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO**, 1., 1997, Curitiba. Anais. 1997. v. 1. p. 329-48.

MATOS, Ralfo; BRAGA, Fernando. Redes sociais, redes territoriais e migração. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, 14, 2004, Caxambu, MG. Anais. Campinas: Abep, 2004. 21 p.

MENEZES, Maria Aparecida; ALFREDO, José Gonçalves. **Migrações no Brasil**: o peregrinar de um povo sem terra. São Paulo: Paulinas, 1986. 86 p.

MOUGEOT, Luc J.A.. A agricultura urbana como estratégia para o desenvolvimento municipal sustentável. **Revista de Agricultura Urbana**, Quito, v. 1, n. 1, 2001. p. 5-7.

RAVENSTEIN, Ernest George. As leis da migração. In: MOURA, H. A. de (Coord.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. T.1, p. 19-88.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. (Org.). **Historias dos gerais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. 329 p.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia Maria; ASSIS, Thiago de Paula. Os caminhos de São Paulo: migrações e trabalho urbano de agricultores mineiros. **Revista Brasileira Estudos Populacionais**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 241-58, jul.-dez. 2004.

RIBEIRO, José Antônio; MAGALHÃES, Marilda Quintino. A promoção do direito humano à alimentação adequada através da agricultura urbana: Uma experiência em Contagem-MG. **Revista de Agricultura Urbana**, Quito, n. 22, 2010.

SAINT-HILAIRE, Augustin François César Prouvençal de. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo**, 1822, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974. 125 p.

SANTOS, Antonio Justiniano dos; et al..Terra, lavoura e criação no Rio dos Cochos. In: MAGALHÃES, Eduardo Ribeiro. **Histórias dos gerais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. p. 157-88.

SANTOS, Regina Beca. **Migração no Brasil**. São Paulo: Scipione. 1997. 69 p. (Coleção Ponto de Apoio)

SILVA, Virgínia Ferreira da. Migração e redes sociais: trajetórias, pertencimentos e relações sociais de migrantes no interior de São Paulo. 2006. 260 f. Tese (**Doutorado em Antropologia Cultural**) – Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

SOARES, Weber. Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga. 2002. 360 f. Tese (**Doutorado em Demografia**) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

SPIX, Johann Baptist von; MATIUS, Karl Friedrich Philipp von. **Viajem pelo Brasil: 1817-1820**. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. 3 v.

WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 35-53, 1990.